
ATITUDES POLÍTICAS EM TRÊS TEMPOS: Interesse por política, polarização e suporte à democracia entre eleitores dos candidatos a presidente em 2002, 2010 e 2018 ¹

POLITICAL ATTITUDES IN THREE MOMENTS: Interest in politics, polarization and support for democracy among voters of presidential candidates in 2002, 2010 and 2018

Nayla Fernanda Andrade Lopes²

Érica Anita Baptista³

João Cardoso Lara Camargos⁴

Ana Clara Martins Albuquerque ⁵

Resumo: As atitudes e opiniões políticas do eleitorado brasileiro se transformaram ao longo dos 16 anos entre a primeira eleição de Lula da Silva e a vitória de Jair Bolsonaro? Essa questão norteia este artigo que objetiva avaliar as atitudes políticas, especialmente no que diz respeito ao interesse por política, adesão à democracia e intensificação das preferências políticas, dos eleitores dos candidatos que estiveram no segundo turno nas eleições presidenciais de 2002, 2010 e 2018. Mobilizamos dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) dos referidos anos e recorreremos a técnicas estatísticas descritivas. Realizamos análises longitudinais de cada um dos grupos de eleitores e comparações entre grupos diferentes numa mesma eleição.

Palavras-Chave: comportamento político; atitudes políticas; polarização; democracia.

Abstract: Have the political attitudes and opinions of the Brazilian electorate changed over the 16 years between the first election of Lula da Silva and the victory of Jair Bolsonaro? This question guides this article, which aims to evaluate political attitudes, especially with regard to interest in politics, support for

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Cultura Política, Comportamento e Opinião Pública da 9ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (9ª COMPOLÍTICA), realizado em formato remoto, de 24 a 28 de maio de 2021.

² Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); nayla@naylalopes.com.br.

³ Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); anitaerica@gmail.com.

⁴ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); jmc Cardoso2010@hotmail.com.

⁵ Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); anaclaramalbuquerque@hotmail.com.

democracy and intensification of political preferences, of voters of candidates who were in the second round in the presidential elections of 2002, 2010 and 2018. We mobilized data from the Brazilian Electoral Study (ESEB) of the aforementioned years and used descriptive statistical techniques. We carried out longitudinal analysis of each of the groups of voters and comparisons between different groups in the same election.

Keywords: *political behavior; political attitudes; polarization; democracy.*

1. Introdução

Desde a anulação, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), das condenações da Operação Lava Jato contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 15 de abril de 2021⁶, ganham força as especulações quanto aos candidatos na próxima eleição presidencial brasileira. Pesquisas de intenção de voto apontam uma tendência de polarização da disputa de 2022 entre o atual presidente, Jair Bolsonaro, e Lula – que era, no último pleito, apontado pelas sondagens como favorito, e foi retirado da disputa exatamente em virtude da condenação judicial e da prisão dela decorrente.

Se, nos últimos anos, têm dividido as preferências e aversões de milhões de eleitores (deixando pouco espaço para uma “terceira via”), o fato é que tanto Lula quanto Bolsonaro já foram eleitos para a Presidência – e, de acordo com pesquisa realizada em agosto de 2018⁷, entre os eleitores de Lula que já haviam decidido qual seria sua opção diante de eventual ausência do petista na disputa, 6,2% declararam que votariam em Bolsonaro. Pode parecer incompreensível ou mesmo representativo de uma guinada ideológica, mas uma parte do Brasil que ajudou a eleger Lula também contribuiu para alçar Bolsonaro à Presidência.

Esse aparente paradoxo nos leva à questão central do presente artigo: as atitudes e opiniões políticas do eleitorado brasileiro se transformaram ao longo dos 16 anos entre

⁶ “STF confirma anulação de condenações da Lava Jato contra Lula – entenda”. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56768338>>. Acesso em: 29 abr. 2021.

⁷ “Eleições 2018: quem são os eleitores de Lula que pretendem votar em Bolsonaro se o ex-presidente não concorrer”. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45323102>>. Acesso em: 29 abr. 2021.

a primeira eleição de Lula e a vitória de Bolsonaro? Derivadas da questão principal, apresentam-se outras perguntas:

1) Teria o eleitor médio caminhado ideologicamente para a direita em 2018, quando da eleição do candidato da extrema direita Jair Bolsonaro?

2) Eleitores de Fernando Haddad e de Jair Bolsonaro em 2018 se diferenciam mais em suas opiniões políticas (avaliações de partidos, candidatos e da democracia) do que os votantes de Luiz Inácio Lula da Silva e José Serra (2002) e Dilma Rousseff e José Serra (2010)?

3) Seriam os eleitores do segundo turno de 2018 mais, menos ou igualmente interessados por política e adeptos à democracia em comparação aos de 2002 e 2010?

A partir de tais demandas, este trabalho objetiva, portanto, avaliar as atitudes políticas, especialmente no que diz respeito ao interesse por política, suporte à democracia e intensificação das avaliações de candidatos e partidos, por parte dos eleitores dos candidatos que estiveram no segundo turno nas eleições de 2002, 2010 e 2018.

A observação do interesse por política tem o intuito de compreender se os eleitores do único partido de base popular do país, o PT, apresentaram interesse ao longo dos governos petistas e se houve tendência de mudança após o *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Da mesma forma, busca-se averiguar se os eleitores do partido adversário do PT nos segundos turnos das eleições analisadas manifestaram mais, menos ou igual interesse por política após as manifestações que culminaram no *impeachment* de Dilma e perante a candidatura de Bolsonaro.

Pretende-se, ainda, buscar indícios da ocorrência de um processo de polarização política no nível dos cidadãos, especialmente em sua vertente social de caráter afetivo (indícios a serem buscados na avaliação, feita pelos eleitores, dos candidatos e partidos que alcançaram o segundo turno).

Serão utilizados os dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) dos anos de 2002, 2010 e 2018 para embasar discussões acerca de interesse por política; adesão à democracia e criticidade ao funcionamento de governos democráticos; populismo autoritário; e polarização política (ideológica ou afetiva, personalista ou partidária). Para chegar às conclusões, recorreremos a técnicas estatísticas descritivas. Serão realizadas

análises longitudinais de cada um dos grupos de eleitores mencionados e comparações entre grupos diferentes numa mesma eleição.

O trabalho está dividido em quatro seções: além desta introdução, a próxima seção conterá uma breve apresentação de teorias e conceitos dos temas em investigação; em seguida, traremos uma seção de análise dos dados e as considerações finais.

2. Atitudes políticas

Ao longo da vida, somos confrontados com situações que nos levam a formar opiniões e fazer avaliações de objetos variados (pessoas, lugares, acontecimentos, temas em pauta no debate público). Antes desse contato com os objetos das atitudes, é provável que não tenhamos pensado avaliativamente sobre eles e, muitas vezes, sequer saibamos de sua existência. É nesse contexto que Oskamp e Schultz (2005) observam que o desenvolvimento de uma predisposição favorável ou desfavorável a um determinado objeto tende a ser motivado pela expectativa de interação futura com este objeto (ou com outros indivíduos a respeito de tal objeto). Em outras palavras, a formação de atitudes pode ocorrer quando os indivíduos são instados a expressá-las.

É mais simples compreender a definição de atitudes a partir de um dos principais exemplos da área de comportamento político: o partidarismo. Trata-se de um vínculo afetivo, que tende a orientar e, ao mesmo tempo, se fortalecer a partir do comportamento manifesto (o voto) e do componente cognitivo (interação com o ambiente informacional, aquisição e integração de novas informações ao modelo mental prévio). Pode-se dizer, portanto, que atitudes são atalhos organizadores e simplificadores do mundo e da forma como nos relacionamos com seus objetos.

Uma vez que são avaliações 'precomputadas', atitudes nos permitem navegar um mundo desconcertantemente complexo sem termos que parar e descobrir do início, toda vez, se deveríamos conhecer aquela nova pessoa um pouco melhor, votar por um certo político ou comprar uma certa comida (OLSON e KENDRICK, 2008, p. 111).

Além da abordagem tripartite de seu conteúdo, que integra os componentes afetivo, cognitivo e comportamental, as atitudes podem ser pensadas a partir de seus processos de formação: implícito e explícito. O processo implícito de constituição das

atitudes está relacionado às emoções e sentimentos, enquanto o explícito associa-se à cognição – embora essa distinção não seja definitiva e seja de difícil mensuração. Afinal, algumas atitudes implícitas podem não passar pelos filtros sociais e serem alvos de negação por parte do indivíduo. De fato, “[...] a explicação que fornecemos para uma determinada atitude pode ser mais uma justificação posterior para uma atitude que já existe e menos uma articulação das bases das atitudes” (OLSON e KENDRICK, 2008, p. 120).

Isso nos ajuda a compreender que, embora as atitudes sejam frutos de processos cognitivos e afetivos individuais, sua formação e manifestação comportamental sofrem influências dos grupos sociais de pertencimento dos indivíduos – tanto do ponto de vista normativo (o que se considera um comportamento “correto” ou aceitável num grupo, e que os indivíduos internalizam entre suas atitudes, de modo a validar seu pertencimento àquele grupamento) quanto cultural e contextual (no sentido de que o “cardápio” de comportamentos conhecidos num grupo social em determinado momento histórico é, por si só, um limitador das possibilidades conhecidas pelos indivíduos da sociedade daquele tempo) (SMITH e HOGG, 2008).

Agregadas, atitudes e opiniões políticas dos indivíduos emprestam o suporte necessário à legitimação ou corrosão de democracias. A polarização, por exemplo, pode contribuir para a vitória eleitoral de lideranças populistas, numa lógica do “nós” (o “povo” e seus representantes não políticos de carreira) contra “eles” (instituições e políticos tradicionais, enquadrados pelos populistas como representantes do *establishment* corrompido). Uma vez no poder, tais líderes podem investir no reforço ao clima de polarização, estimulando que a derrota dos inimigos políticos esteja à frente do suporte aos princípios democráticos (SVOLIK, 2019). Nas subseções seguintes, abordaremos algumas atitudes políticas e seu potencial papel no retrocesso democrático.

2.1. Interesse por política

Se, em estudos seminais da teoria psicossociológica do comportamento eleitoral, o partidarismo era tido como uma atitude organizadora do universo da política, o crescimento da volatilidade eleitoral, a partir da década de 1970, deslocou também o

olhar de pesquisadores da Ciência Política para um outro tipo de eleitor. Dalton (1984) encontra um votante independente que pode, sim, se aproveitar da não influência dos partidos em sua percepção de mundo e, a partir de múltiplas fontes, se informar e validar as informações de maneira autônoma. Mas, para isso, o eleitor que Dalton (1984) chama de cognitivamente mobilizado precisa se interessar por política, além de ter condições educacionais de se informar. Ele pode ser partidário, mas este não é um critério necessário para que construa suas avaliações e tome decisões políticas. A participação deste cidadão não se restringe à forma tradicional – o voto –, incluindo outras formas de manifestação política. Seria o cidadão cognitivamente mobilizado independente uma esperança de melhor funcionamento das democracias onde não há tradição de identificação com partidos, como é o caso do Brasil?

Prior (2010) conclui, a partir da análise de dados de painel, que o interesse por política está entre as atitudes políticas altamente estáveis, inclusive entre os mais jovens (contrariando uma de suas hipóteses de pesquisa). A respeito da complexidade e potencial subjetividade do significado de “política”, o autor assinala que, mesmo que o entendimento do termo varie entre indivíduos, é possível avaliar a estabilidade do interesse por política, uma vez que indivíduos tendem a manter a definição que atribuem ao termo. O autor conclui, então, que o “[...] interesse por política se comporta como um elemento central da identidade política, não como uma atitude frequentemente atualizada” (PRIOR, 2010, p. 763).

Considerando apenas os fatores distintivos do cidadão cognitivamente mobilizado, as manifestações ocorridas no Brasil a partir de 2015 pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff indicavam que quem estava nas ruas era esse tipo de indivíduo: com elevada escolaridade e declaradamente interessado por política. Eles tinham conhecimento dos principais temas em discussão no país, uma vez que tinham opiniões sobre personagens e assuntos em evidência. O próprio fato de saírem repetidamente às ruas demonstrava a existência de um sentimento de eficácia política subjetiva (ALMOND; VERBA, 1963). A principal bandeira, a luta contra a corrupção, é uma pauta pós-materialista, não relacionada a valores de sobrevivência ou tradicionais (INGLEHART; WELZEL, 2005; RIBEIRO, 2008); questionados sobre a importância da democracia, 84,9% dos entrevistados em 12 de abril de 2015 em Belo Horizonte

defendiam que a democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo. Por outro lado, demandavam o *impeachment* de uma presidente democraticamente reeleita, boa parte defendia a extinção de alguns partidos e 50,5% eram favoráveis a um golpe militar⁸. O que seria potencialmente saudável para a democracia – participar de mobilizações coletivas e sentir-se capaz de influenciar decisões políticas – converteu-se em instrumento de contestação de instituições e do resultado obtido em um rito da democracia procedimental (rito este mais difundido, tendo em vista a compulsoriedade do voto no Brasil).

Considerando a inexistência de questões que mensurassem outras dimensões do interesse por política nas três rodadas do ESEB, optamos, no presente estudo, por utilizar a variável que investiga se, em caso de voto facultativo no Brasil, os respondentes ainda assim compareceriam às urnas. Trata-se de uma forma de participação tradicional que, segundo Prior (2010, p. 765), “[...] pode não ser, por si mesmo, [apenas] um hábito, mas a consequência de um habitual (isto é, estável) interesse por política”.

2.2. Suporte à democracia e desconsolidação democrática

Entre as atitudes políticas, o suporte à ideia de que a democracia é sempre a melhor forma de governo - a despeito de eventuais problemas em seu funcionamento prático - tem papel fundamental na consolidação e estabilidade democráticas. Lipset (1959, p. 71) aponta que “[...] democracia (em uma sociedade complexa) é definida como um sistema político que fornece oportunidades constitucionais regulares para mudar os oficiais no governo”. Segundo o autor, três condições são inerentes às democracias: sistema de crenças que legitime instituições, líderes políticos no governo e oposição legítima em busca do poder. Ele argumenta ainda que o desenvolvimento econômico e a legitimidade política, isto é, o “[...] grau no qual instituições são valorizadas por elas mesmas e consideradas certas e apropriadas” (LIPSET, 1959, p. 71), são características estruturantes de sociedades democráticas.

⁸ “O que os protestos trazem de novo para a política brasileira?”. Relatório de pesquisa disponível em: <<http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/artigo/3-Dossie-Abril-2015-Mara-Telles1.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2021.

Algumas décadas depois, diante do desenvolvimento econômico do pós-Segunda Guerra, vivia-se um período de otimismo relativo à consolidação democrática em países de várias partes do mundo. A crença era de que o desenvolvimento econômico e a decorrente segurança material levariam à ascensão de valores pós-materialistas, especialmente entre as novas gerações, que não viveram períodos de escassez. O contraponto seriam os mais velhos, apegados a valores tradicionais e à ordem anterior à “revolução silenciosa” (INGLEHART, 2012). Como as novas gerações tendem a sobreviver às antigas, Inglehart e Welzel (2005) defendiam que esta virada cultural representava uma profunda mudança de valores.

Para quem lê essas obras a partir de uma realidade distinta das democracias pós industriais retratadas por Inglehart e Welzel (2005), Norris (1999) e Dalton (1984), por exemplo, a sensação é de que estamos longe de alcançar, como sociedade, um nível tão elevado de maturidade democrática. Nessa perspectiva, é compreensível que, diante de dados que indicavam que a maior parte dos cidadãos em vários países europeus e nos Estados Unidos conseguiam aliar uma postura crítica ao funcionamento das instituições democráticas a uma adesão inegociável à democracia, os estudiosos adotassem uma postura otimista quanto à consolidação democrática de tais sociedades.

Porém, Foa e Mounk (2017) assinalam a contínua redução da confiança nas instituições, a queda no comparecimento às urnas, a ascensão de lideranças populistas e de partidos antissistema – o que eles interpretam como possíveis sinais de um movimento de desconsolidação democrática. De fato, o tom alarmista dos autores, em vários artigos nos últimos anos, gerou respostas e tréplicas dos próprios estudiosos. Os dados que utilizam são os mesmos, mas as leituras são bastante diferentes. O próprio aspecto geracional anteriormente apontado é contestado por Foa e Mounk (2017), que observam que os *millenials* não apenas tendem a ser menos aderentes à democracia do que os jovens de outrora, mas também em relação às gerações anteriores que vivem no momento atual.

Os argumentos de Foa e Mounk (2017) correspondem a uma virada no que Norris e Inglehart (2019) apresentam ao retratar o retrocesso cultural que culminou na eleição de Trump e no Brexit. Para estes autores, o que viabilizou a vitória de Trump e a saída do Reino Unido da União Europeia foi o fato de que, mais apegados a formas tradicionais

de participação política, os cidadãos de gerações mais antigas foram sobrerrepresentados (lembrando que o voto não é obrigatório em tais países) nas urnas. Os cidadãos críticos, mais jovens, adeririam a valores de autoexpressão e se motivariam a participar politicamente de outras formas, numa concepção ampliada de democracia. Ou seja: apesar do resultado negativo, haveria motivo para esperança. Aqui está implícita a ideia de que os cidadãos críticos se consideram politicamente eficazes, uma vez que até mesmo prescindem de participar do jogo eleitoral (considerando que poderão afetar o campo político de outras maneiras).

Apesar da manutenção de um tom aparentemente mais otimista do que o de Foa e Mounk (2016; 2017), Inglehart (2018) acredita que “[...] o mundo está passando pelo mais severo revés democrático deste a ascensão do fascismo, nos anos 1930”. Ele relembra os “perdedores” desde a virada cultural apontada por ele na década de 1970, quando ascenderam valores progressistas e pós materialistas: “as viradas cultural e demográfica fazem com que os eleitores mais velhos sintam como se não vivessem mais no país onde nasceram”. É na esteira desse sentimento, possivelmente abafado num processo de “espiral do silêncio” (NOELLE-NEUMANN, 1980), que ganham espaço movimentos como o *Make America great again*, de Trump.

Inglehart (2018) acredita que uma saída para evitar que o movimento de perda de força da democracia deságue na sua derrocada é investir na redução das desigualdades econômicas. Como se pode perceber, permanece subjacente a crença de que, diante do desenvolvimento econômico e da decorrente satisfação das necessidades materiais, não haverá incentivos para questionar os valores democráticos – ao contrário, os valores de autoexpressão tendem a florescer novamente. Os insatisfeitos com a democracia seriam, então, sobretudo os menos favorecidos pelo progresso econômico. Tal argumento, no entanto, também é rebatido por Foa e Mounk (2016, p. 14), que apontam que “[...] o crescimento do apoio à política iliberal está sendo impulsionado não apenas pelos miseráveis e desempregados de meia idade. Apoios declarados também podem ser encontrados entre os jovens, ricos e privilegiados” – o que, para os autores, é surpreendente.

No presente artigo, serão consideradas duas variáveis relacionadas ao suporte à democracia: se os indivíduos a consideram a melhor forma de governo em todas as

situações e se estão satisfeitos com seu funcionamento. Nas considerações finais, serão apresentados alguns dados adicionais a respeito deste tópico.

2.3. Polarização de crenças e afetiva

A ideia de polarização política está relacionada ao esvaziamento ou erosão do centro, conforme definição de Fiorina e Abrams (2008, p. 567): “movimentos de afastamento do centro em direção aos extremos pareceriam uma definição não controversa de polarização, ainda que julgamentos sobre como caracterizar os pontos inicial e final permaneçam em disputa”. Não há consenso na literatura estadunidense sobre a ocorrência de polarização política. Para Fiorina e Abrams (2008), o que ocorre é um processo de *sorting*, ou organização/ordenação dos partidos políticos; diante de sinais mais claros, os cidadãos responderiam também se colocando mais próximos do partido que corresponde à posição deles.

Porém, estudos mais recentes apontam para o espraiamento da polarização das elites políticas para os cidadãos (ABRAMOVITZ e SAUNDERS, 2008; IYENGAR *et al.*, 2012; MASON, 2018), embora não haja concordância quanto ao tipo de polarização observada. Alguns apontam para a ideológica, enquanto outros argumentam pela existência de polarização social de caráter afetivo. Tendo em vista que, no Brasil, evidências empíricas demonstram que a clivagem ideológica não exerce efeito causal sobre o voto (PEREIRA, 2020) – além dos achados de Fuks e Marques (2020) de que se observa no país uma polarização assimétrica, afetiva e personalista –, nosso enfoque recairá sobre a polarização afetiva.

A polarização afetiva caracteriza-se pela sobreposição de identidades entre os membros de grupos sociais, de modo que eles convivem cada vez mais com quem tem as mesmas atitudes políticas. Para Mason (2018), o fortalecimento das atitudes partidárias e a sobreposição de identidades sociais - ao contrário das pressões cruzadas, que exercem papel de moderar as atitudes, evitando que se radicalizem - tornam grupos mais homogêneos e sua competição com os membros do grupo adversário mais acirrada, num processo que a autora define como polarização social de caráter afetivo. Nesta perspectiva, o próprio convívio no interior de “bolhas” com opiniões semelhantes

ocasiona o reforço de atitudes; já a análise de propostas, candidatos e posições políticas fica em segundo plano, uma vez que o objetivo principal é impor a derrota aos oponentes, muitas vezes vistos como inimigos (SVOLIK, 2019; MASON *et al.*, 2019).

Silenciosamente, por trás das cenas do pensamento arrazoado e analítico, algumas forças sutis, mas poderosas, estão em atuação. Influências psicológicas primitivas como a razão motivada e identidade social são capazes de mudar e, às vezes, determinar inteiramente as políticas que os cidadãos apoiam [...]. Frequentemente, cidadãos não escolhem que partido apoiar baseados em opiniões políticas; eles alteram suas opiniões políticas de acordo com o partido que apoiam [...]. Todos os cidadãos querem acreditar que seus valores políticos são sólidos e bem fundamentados. Mais frequentemente, porém, atitudes políticas se desenvolvem a partir da defesa baseada no grupo (MASON, 2018, p. 29, tradução nossa).

Em consonância com Mason (2018), Talisse (2019) aponta para a ocorrência de uma polarização de crenças, também calcada no reforço de identidades sociais e ocorrida quando, diante da impressão de consonância entre suas posições e aquelas expressas no interior de seus grupos, os indivíduos se sentem confortáveis para manifestar versões mais extremas de suas opiniões iniciais. O resultado seria o fortalecimento das atitudes e a impressão de que elas correspondem ao que “todos pensam”.

Numa análise da polarização no Brasil ao longo das últimas duas décadas, Fuks e Marques (2020, p. 3) apontam para a ocorrência de uma “polarização fluida e episódica” e que, até então, ocorreu apenas em 2018. Por aqui, verifica-se uma polarização assimétrica - uma vez que ocorre majoritariamente entre eleitores da direita - e antes afetiva que ideológica. Na dimensão ideológica, ela se restringe à vertente simbólica - isto é, à intensificação das posições atribuídas pelos indivíduos a eles próprios na escala esquerda-direita. Já no aspecto operacional da ideologia, ou seja, nas opiniões em relação a *issues* sobre valores/costumes e economia, os autores não detectaram polarização. Por fim, a natureza da polarização no país é mais personalista do que partidária.

Em consonância com os achados de Fuks e Marques (2020), nossa hipótese é que, logo após a disputa de 2018, os eleitores (sobretudo os de Bolsonaro) demonstravam sentimentos mais intensos, tanto por seu candidato quanto pelo

opponente, em comparação aos votantes dos segundos turnos anteriores. Como, no país, o PT é o único partido que desperta sentimentos em parcela expressiva da população, espera-se que, caso ocorra, uma tendência à polarização de opiniões se dê em torno desta legenda, muito mais do que em torno do PSL (partido de Bolsonaro à época da eleição de 2018).

3. Análise de dados

Para as análises propostas no artigo, recorreremos aos dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB)⁹ referentes aos anos de 2002, 2010 e 2018. Trata-se de um levantamento pós-eleitoral (após o segundo turno das eleições presidenciais), realizado desde 2002 pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Ao todo, existem 6.486 respondentes ao longo dos anos (2.130 em 2002, 1.850 em 2010 e 2.506 em 2018). Para as análises, foram removidos os casos em que o respondente não votou no segundo turno, anulou ou votou em branco e quem não se lembrava em quem votou. Assim, nos resta uma base com 5.460 casos, composta por 3.137 (57,5%) de eleitores do PT e por 2.323 (42,5%) eleitores do partido que chegou ao segundo turno nos anos estudados (PSDB em 2002 e 2010 e PSL em 2018). Nos parágrafos seguintes, serão analisadas, comparativamente, algumas características dos grupos de eleitores supracitados de maneira longitudinal.

3.1. Interesse por política

Relativamente à intenção de comparecer às urnas se o voto no Brasil não fosse obrigatório (Gráfico 1), observa-se maior oscilação entre os eleitores dos candidatos petistas do que entre os votantes dos adversários de segundo turno: em 2002, ano da vitória de Lula, 55,6% de seus eleitores declararam que votariam mesmo que o voto fosse facultativo, percentual que era muito semelhante (54,4%) entre os eleitores de José Serra. Em 2010, 41,2% dos que optaram por Dilma Rousseff votariam mesmo que não

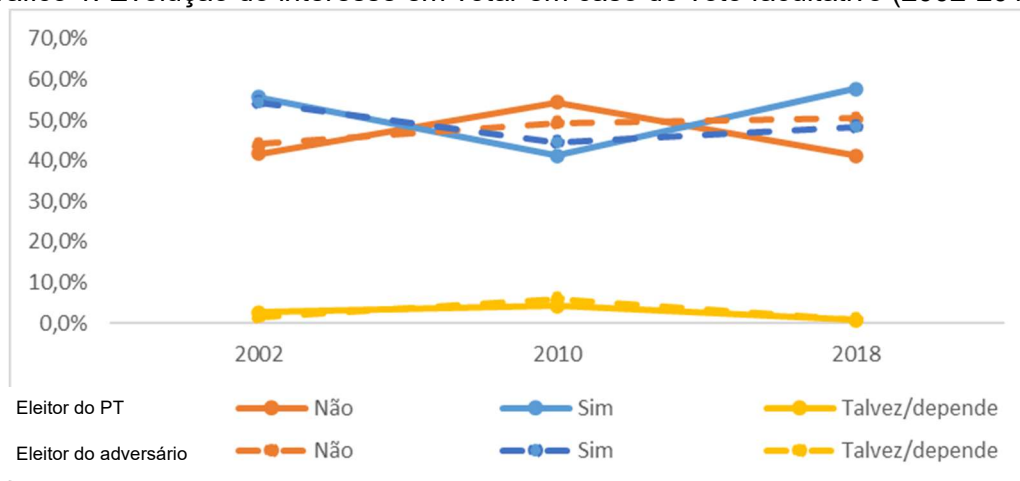
⁹ “Sobre o ESEB”. Disponível em: <<https://www.cesop.unicamp.br/por/eseb>>. Acesso em: 04 mai. 2021.

obrigados, ao passo que 44,6% dos eleitores de Serra também afirmaram que não deixariam de comparecer às urnas. A maior diferença entre os dois grupos de eleitores foi detectada em 2018, quando 57,7% dos eleitores do petista Fernando Haddad disseram que votariam mesmo se o voto fosse facultativo; já entre os eleitores de Jair Bolsonaro, 48,3% votariam em caso de voto não obrigatório.

Vale lembrar que houve, em 2016, o *impeachment* de Dilma Rousseff, então em seu segundo mandato. A instabilidade política que aspirava a retirada de Dilma começou logo após sua reeleição, em 2014, quando o candidato da oposição, Aécio Neves, questionou o resultado. Tal manifestação da intenção de participar por meio do voto, por parte dos eleitores do PT, pode parecer, para alguns, um contrassenso, tendo em vista que um movimento potencialmente esperado após o impedimento de Dilma seria de descrença dos eleitores ao sistema de representação. No entanto, o que se observa é que estes eleitores mostraram-se proporcionalmente mais propensos a participar do jogo democrático por meio do voto do que os votantes de Jair Bolsonaro. Uma hipótese para esse menor entusiasmo é que as opiniões dos eleitores de Bolsonaro reflitam o descrédito atribuído pelo próprio candidato ao sistema de votações, ainda que tenha sido alçado ao poder através das urnas. Importante assinalar, por outro lado, que, entre os eleitores do PT, há uma parcela que não se identifica à esquerda no espectro político¹⁰ e que, portanto, poderia ser indiferente a um possível ressentimento com as instituições democráticas.

¹⁰ Análises sobre a ideologia do eleitorado brasileiro são complexas e multidimensionais, envolvendo tanto aspectos normativos de autolocalização na escala esquerda-direita quanto opiniões relativas a *issues*, numa dimensão operacional da ideologia. Nesse contexto, a respeito da composição ideológica (de acordo com a autodeclaração) dos eleitores de Haddad no segundo turno de 2018, temos: 27,3% de esquerda, 22,2% de centro e 33,3%, de direita. Bolsonaro tinha, por sua vez, 58,3% de eleitores que se declararam de direita entre seus votantes do segundo turno, 18,2% de centro e 7,3%, de esquerda. Além de eventuais dissonâncias na compreensão dos termos “esquerda” e “direita” – demonstradas, por exemplo, em Telles *et al.* (2009) –, deve-se ter em mente que a disputa entre inúmeros candidatos se afunila, em disputas com dois turnos, para apenas dois postulantes. Desse modo, indivíduos localizados nos mais diversos pontos da escala esquerda-direita – que tiveram, em 2018, 13 candidatos no primeiro turno – precisaram reorganizar suas preferências e aversões e decidir por uma das opções disponíveis na segunda fase da disputa. Portanto, e considerando ainda que a ideologia pode não ser o principal fator a influenciar a decisão de voto, a escolha por Haddad no segundo turno não equivale necessariamente ao posicionamento ideológico de esquerda, assim como a opção por Bolsonaro também não significa uma preferência pela extrema direita.

Gráfico 1: Evolução do interesse em votar em caso de voto facultativo (2002-2018)¹¹



Fonte: Produção dos autores, dados do ESEB 2002, 2010, 2018

3.2. Avaliações de candidatos

Marcadas antes pelo personalismo do que pelo partidarismo – lógica esta que é reforçada pelo próprio formato das campanhas –, as disputas a cargos majoritários no Brasil têm como foco o candidato que ocupa a cabeça de chapa – no nível federal, o postulante a presidente. Os gráficos 2 e 3 apresentam a evolução da avaliação dos candidatos à Presidência entre os dois grupos de eleitores. Pretende-se analisar indícios da ocorrência de um processo de polarização afetiva, isto é, o acirramento entre uma avaliação positiva (“gostar”) do candidato escolhido nas urnas e um julgamento negativo (“não gostar”) de seu oponente no segundo turno. Cabe assinalar que, por seu formato, com apenas dois candidatos, é natural que ocorra a polarização entre preferências e avaliações negativas; porém, reforçamos que a intenção é avaliar a intensificação dessa tendência ao longo dos anos, compreendendo a polarização como um processo (FIORINA e ABRAMS, 2008).

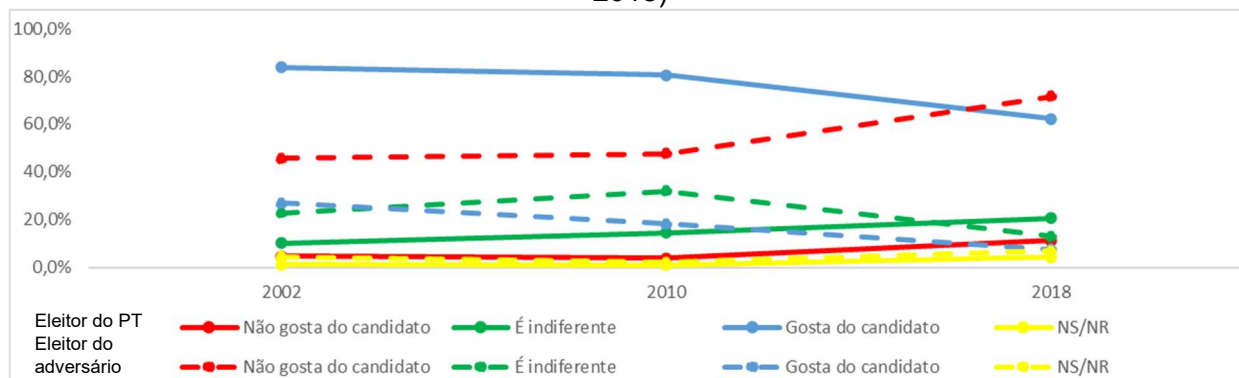
¹¹ O objetivo inicial era verificar a evolução do interesse por política. No entanto, o questionário de 2010 não apresenta a questão direta sobre o tema e não foram encontradas outras variáveis coincidentes nas três rodadas da pesquisa. Por isso, como a questão sobre se o eleitor votaria em caso de voto não obrigatório foi utilizada para contemplar uma dimensão mais factível (e menos exigente do que acompanhar notícias e HGPE e conversar sobre política com amigos e conhecidos, por exemplo) do interesse em participar do jogo político em sua forma mais convencional, por meio do comparecimento às urnas.

A oscilação mais evidente das avaliações dos candidatos teve como alvo os oponentes dos postulantes petistas: se, em 2002, 41,2% dos eleitores de Lula declararam não gostar¹² de José Serra, em 2010 apenas 20,5% dos votantes de Dilma declararam não gostar do candidato tucano; a maior rejeição ao candidato adversário do PT foi registrada em 2018, quando 61,3% dos eleitores de Haddad afirmaram não gostar de Bolsonaro. Por outro lado, vê-se que Bolsonaro foi o candidato de oposição que mais atraiu avaliações positivas entre os votantes dos adversários do PT: em 2002, 66,1% dos que votaram em Serra no segundo turno disseram gostar dele, percentual que caiu para 27,6% em 2010, para o mesmo candidato. Já em 2018, 78,3% de seus eleitores declararam gostar de Bolsonaro.

Após concorrer à Presidência nas três eleições anteriores, Lula chegou a 2002 como alvo de avaliações positivas de 83,9% daqueles que o escolheram no segundo turno, ocasião em que foi eleito. Oito anos depois, sua sucessora, Dilma Rousseff, era querida por 80,6% dos que optaram pelo PT no segundo turno, enquanto Fernando Haddad, que não se elegeu em 2018, atraiu um proporcional menor de simpatizantes (62,2%) entre os que votaram nele. Sobre essa redução, em 2018, na avaliação positiva do petista por seus eleitores de segundo turno, é necessário lembrar que a disputa deste ano foi marcada pela mudança de última hora do postulante petista: a candidatura de Lula foi registrada, mas, em virtude de sua condenação e prisão (como destacado em seção anterior), o ex-presidente foi substituído por Haddad na cabeça de chapa.

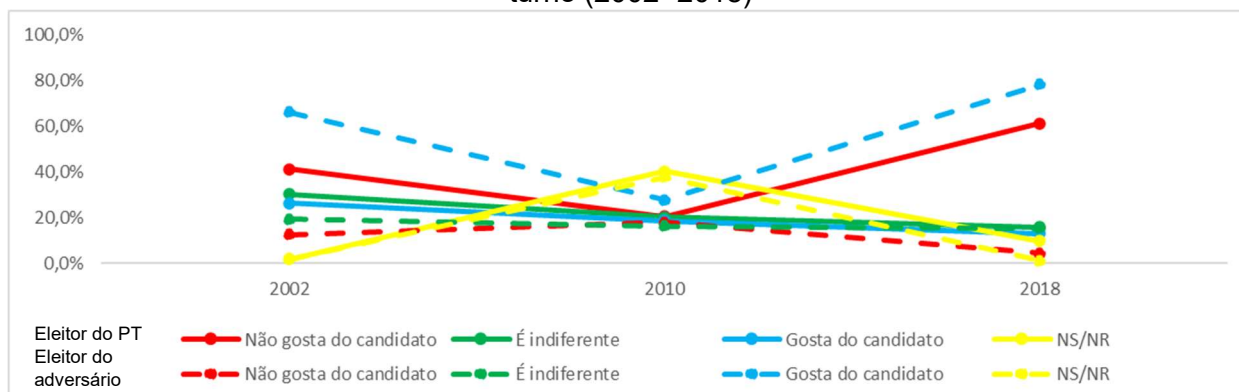
¹² A pergunta nos questionários do ESEB apresenta uma escala de 0 a 10, em que 0 significa “não gostar de jeito nenhum” e 10 representa “gostar muito” do candidato ou partido. Para a análise deste artigo, optamos por classificar os que responderam de 0 a 3 como “não gosta”, de 4 a 6 como “indiferente” e de 7 a 10 como “gosta” do partido ou candidato.

Gráfico 2: Evolução da avaliação dos candidatos do PT à Presidência, segundo turno (2002-2018)



Fonte: Produção dos autores, dados do ESEB 2002, 2010, 2018

Gráfico 3: Evolução da avaliação dos candidatos adversários do PT à Presidência, segundo turno (2002-2018)



Fonte: Produção dos autores, dados do ESEB 2002, 2010, 2018

3.3. Avaliações de partidos

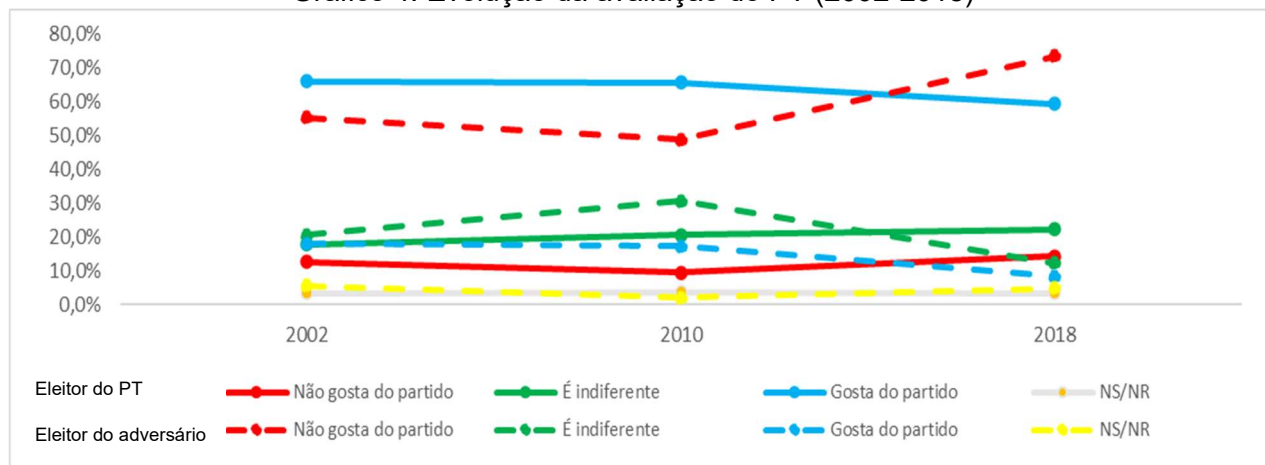
Se afirmamos anteriormente que as disputas eleitorais no Brasil seguem uma lógica mais personalista do que pautada por preferências partidárias, é necessário assinalarmos a ocorrência do antipartidarismo, especificamente o antipetismo. Essa lógica da aversão ao *outgroup*, observada também no fenômeno da polarização social de caráter afetivo (MASON, 2018) e tendo os sentimentos partidários (sejam eles positivos ou negativos) como uma das identidades sociais relevantes, pode ser verificada nos gráficos 4 e 5.

A respeito dos sentimentos declarados pelo PT, destacam-se dois fatores: 1) o ligeiro declínio (de 65,9% em 2002 para 65,6% em 2010 e 59,2% em 2018) da proporção de votantes dos candidatos petistas que declararam gostar do partido; 2) o expressivo

crescimento, em 2018, da proporção de eleitores da oposição no segundo turno que declararam não gostar do PT: em 2002, a aversão ao PT era de 55,3% entre eleitores de Serra, proporção que caiu para 48,7% em 2010 e alcançou 73,3% em 2018 no grupo de votantes de Bolsonaro. Portanto, a aversão ao PT, amplamente explorada por Bolsonaro em sua polarizadora campanha, encontra correspondência entre aqueles que optaram pelo atual presidente. Este achado reforça o argumento de Rennó (2020), segundo o qual, embora não tenha sido o único fator responsável pela vitória de Bolsonaro em 2018, o antipetismo foi relevante para a adesão a sua candidatura – e vice-versa (gostar do PT aumentou as chances de desgostar de Bolsonaro).

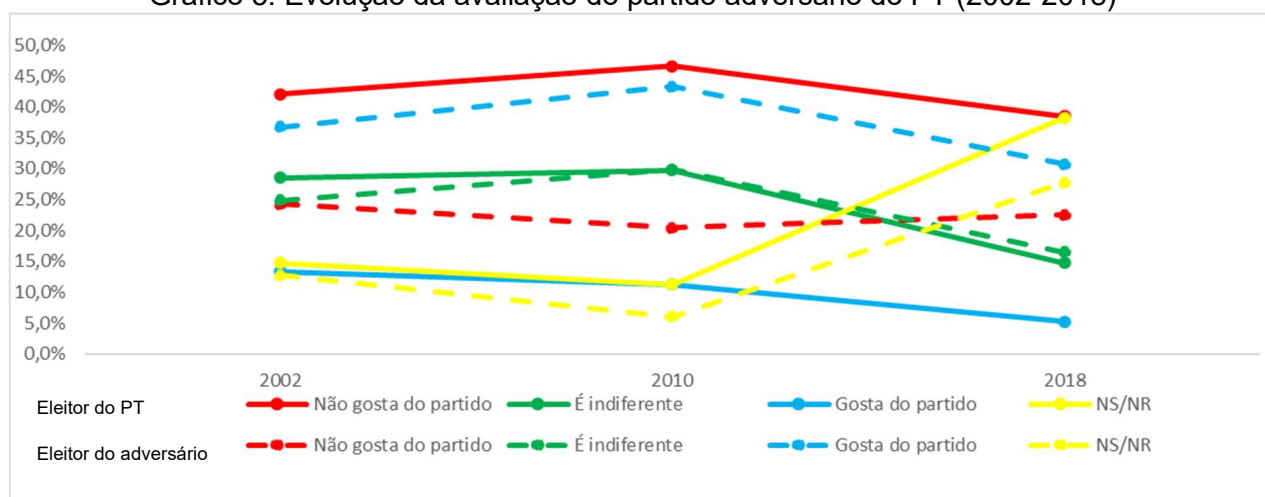
Ao contrário do PT, que desperta sentimentos de distintas naturezas – o que se comprova pelas proporções diminutas de eleitores que declararam não saber ou não responderam se gostavam ou não do partido nas três eleições –, pode-se observar que o PSL, partido escolhido por Bolsonaro para disputar a Presidência em 2018 e do qual ele se desfilou no fim de 2019, era bem menos conhecido pelos eleitores do que o PSDB – tradicional adversário do PT nos segundos turnos. Nos dois grupos de eleitores ora analisados, destacam-se as proporções dos que declararam não saber ou não responderam se gostavam ou não do PSL em 2018: 38,3% entre os eleitores de Haddad e 27,8% dos votantes de Bolsonaro. Isso reforça que a lógica de antipartidarismo – e de antipolítica – adotada por Bolsonaro em sua campanha foi ao encontro de um eleitorado mobilizado em torno dos sentimentos pelo PT. Após quase quatro mandatos de governos petistas (e o desgaste decorrente de ser situação e ocupar o lugar de “vidraça”), longos escândalos de corrupção e a prisão do ex-presidente Lula, fizeram sentido, na construção de seu papel de “antissistema”, a estratégia de Bolsonaro de se apresentar como candidato “não tradicional” e a opção por uma legenda pouco expressiva para concorrer à Presidência.

Gráfico 4: Evolução da avaliação do PT (2002-2018)



Fonte: Produção dos autores, dados do ESEB 2002, 2010, 2018

Gráfico 5: Evolução da avaliação do partido adversário do PT (2002-2018)



Fonte: Produção dos autores, dados do ESEB 2002, 2010, 2018

3.4. Adesão à democracia e criticidade a seu funcionamento

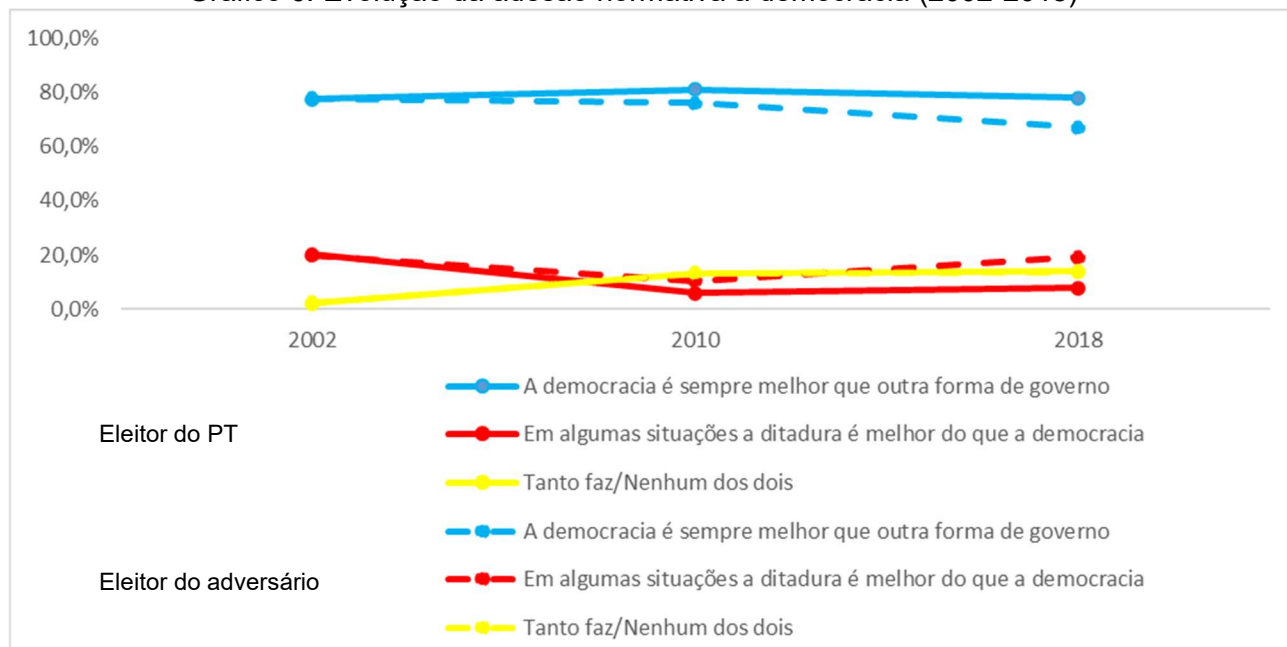
Declarações de Bolsonaro, de seus filhos e de membros de seu governo, a participação do presidente em manifestações antidemocráticas, a exaltação a torturadores e a comemoração do Golpe Militar de 1964, entre vários outros acontecimentos, tornaram cada vez mais frequentes as menções ao autoritarismo. O mandatário brasileiro é citado, por exemplo, por Norris e Inglehart (2019, p. 11), como um dos populistas autoritários eleitos nos últimos anos, ao lado de Donald Trump (Estados Unidos), Narendra Modi (Índia), Rodrigo Duterte (Filipinas), Viktor Orbán (Hungria), Nicolás Maduro (Venezuela), entre outros. Adam Przeworski lamentou, no

prefácio da edição brasileira de seu livro *Crises da Democracia* (2019), não ter incluído o Brasil como um dos exemplos do “autoritarismo furtivo”.

Feitas essas observações preliminares, é importante esclarecer que não se inclui no escopo do presente trabalho uma revisão de literatura sobre autoritarismo, tampouco a classificação de candidatos ou governantes em uma tipologia que trate de seu apreço pela democracia. O que se pretende observar, a partir dos dados explicitados nos gráficos seguintes, é a evolução, entre grupos de eleitores do PT e dos partidos adversários em 2002, 2010 e 2018, da adesão à democracia como valor e da satisfação com seu funcionamento.

O gráfico 6 trata da adesão normativa à democracia, isto é, o quanto é (ou não) incondicional a preferência por governos democráticos em comparação a alternativas autoritárias. À primeira vista, nota-se uma proximidade entre os grupos de eleitores quanto a esta atitude política: nas três eleições, não há nenhum momento em que menos de dois terços dos votantes tenham declarado que a democracia é sempre a melhor forma de governo. O ponto mais baixo (67,2%), no entanto, encontra-se exatamente entre os eleitores de Bolsonaro em 2018. Na mesma disputa, 78,2% dos que escolheram Haddad no segundo turno apoiavam incondicionalmente a democracia. O suporte à democracia entre os eleitores de Bolsonaro também foi consideravelmente menor do que nos grupos de eleitores de Serra em 2002 (77,8% declaravam que a democracia é sempre melhor que outra forma de governo) e em 2010 (76,2% de apoiadores irrestritos da democracia).

Gráfico 6: Evolução da adesão normativa à democracia (2002-2018)



Fonte: Produção dos autores, dados do ESEB 2002, 2010, 2018

Enquanto a adesão à democracia trata de uma preferência estrutural pelos valores democráticos, a satisfação com o funcionamento pode revelar o que Norris (1999) chamou de cidadão crítico, que adere à democracia como valor, mas é crítico ao seu funcionamento em determinadas conjunturas. O gráfico 7 evidencia, de 2002 para 2010, uma queda acentuada na insatisfação com a democracia nos dois grupos (embora mais expressiva entre os eleitores do PT): em 2002, 64,3% dos votantes de Lula e 61,2% dos que optaram por Serra declaravam insatisfação com o funcionamento da democracia – proporções que, oito anos depois, haviam caído para 21,0% e 39,1%, respectivamente. Já em 2018, a insatisfação com a democracia na prática quase quadruplicou entre os eleitores do PT: 82,3% dos que votaram em Haddad manifestaram tal descontentamento. No grupo de eleitores da oposição, o crescimento da insatisfação também ocorreu, sendo que 76,9% dos que votaram em Bolsonaro declararam estar descontentes com o funcionamento da democracia.

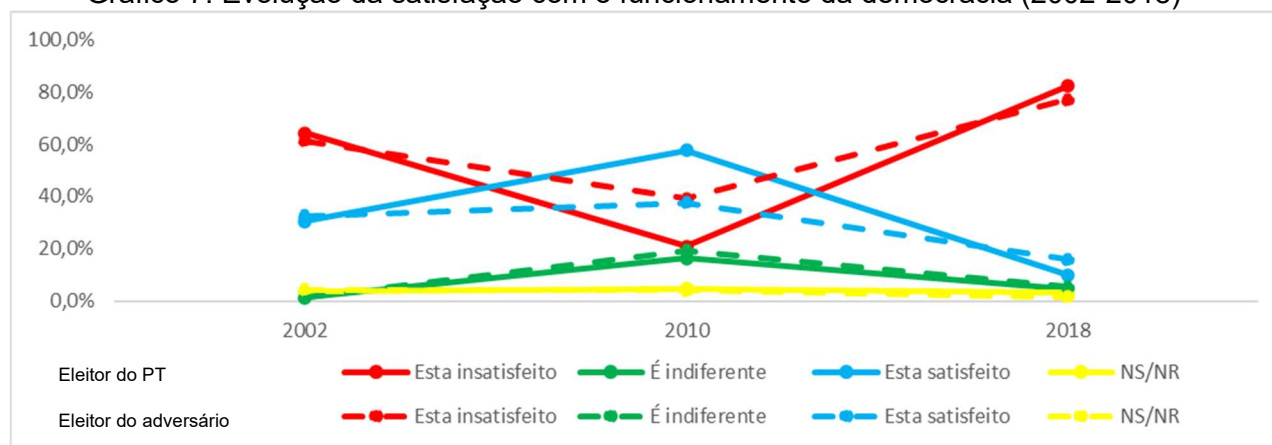
A verificação dos motivos para essas variações tão amplas demandaria dados e análises de outra natureza, que fogem ao escopo do presente artigo, mas podemos levantar algumas hipóteses que articulem os dados aqui observados com

acontecimentos políticos do período e características das lideranças. Para uma parcela do grupo de eleitores do PT (que, cabe reiterar, não inclui apenas petistas, visto que nossa análise trata do segundo turno, quando havia somente as duas opções), é razoável supor que a insatisfação diga respeito ao impeachment da presidente Dilma Rousseff – que, embora tenha seguido os ritos institucionais em sua forma, é altamente questionado em seu conteúdo, como já foi fartamente discutido por juristas; e à prisão e retirada de Lula da disputa presidencial (em um processo que, desde o início foi alvo de contestações e, poucos anos depois, foi anulado por suspeição do então juiz Sérgio Moro). Outra parte dos eleitores de Haddad pode ter, inclusive, optado por ele no segundo turno porque a outra opção era Bolsonaro, que, à época, já acumulava demonstrações de desprezo pela democracia.

Os motivos para a maior insatisfação dos eleitores de Bolsonaro com o funcionamento da democracia, em comparação aos votantes de Serra nas disputas anteriores, podem ter coincidido, ao menos para uma parte deles, com os apontados anteriormente para os eleitores de Haddad. Num cenário de intenso antipetismo (estimulado por Bolsonaro) e com o PT no segundo turno, restava a quem tinha como prioridade a retirada do partido do poder – apesar de ele já não estar no governo desde o impeachment de Dilma – o voto no adversário, fosse ele quem fosse. Isso significa que, assim como nem todos os eleitores do Haddad são petistas ou esquerdistas convictos, os que votaram em Bolsonaro não são necessariamente de extrema direita ou autoritários; certamente, parte dos que optaram pelo atual presidente o fizeram em resposta ao sentimento antipetista, antipolítica e antissistema – mesmo que, para isso, precisassem eleger figura incompatível com suas crenças, tal como Bolsonaro. Exemplo disso podem advir de observações não sistemáticas do contexto eleitoral que nos permitem afirmar que havia, entre os votantes de Bolsonaro, quem não acreditasse que o então candidato fosse se manter tão radical no discurso e nas práticas. Outro possível motivo para o aumento da insatisfação com a democracia em 2018 neste grupo de eleitores pode, ainda, estar relacionada à postura populista e autoritária de Bolsonaro,

de questionamento às instituições, exaltação de períodos não democráticos e relativização da importância de pressupostos basilares das democracias liberais¹³.

Gráfico 7: Evolução da satisfação com o funcionamento da democracia (2002-2018)



Fonte: Produção dos autores, dados do ESEB 2002, 2010, 2018

Em suma, embora não se possa aferir, a partir destas observações, padrões sistemáticos ou relações de causalidade, é possível verificar indícios de que, de fato, há uma tendência à polarização, porém em muito motivada pelo antipetismo, tendo em vista que, via de regra, o eleitor da oposição tornou-se menos indiferente e mais taxativo na rejeição ao PT (Gráfico 04), ao passo que o eleitor petista demonstrou menor variação nas taxas de desaprovação ao partido da oposição no segundo turno. Na mesma linha, percebe-se, a partir de 2010, mas com ênfase em 2018, um deslocamento das opiniões dos eleitores da oposição ao PT no que concerne à adesão à democracia, no sentido de um menor apreço destes pela democracia como forma de governo.

¹³ Um exemplo de fundamento da democracia que tem se deteriorado nos últimos anos no Brasil é a liberdade de imprensa. O *ranking Classificação da Liberdade de Imprensa 2021*, elaborado pela ONG Repórteres sem Fronteiras e disponível em <https://rsf.org/pt/classificacao_dados>, mostra uma queda de quatro posições em relação ao ano anterior (quarta queda consecutiva), colocando o Brasil na zona vermelha do ranqueamento.

Considerações finais

O artigo buscou verificar a evolução das atitudes políticas dos eleitores de segundo turno nas eleições presidenciais de 2002, 2010 e 2018. Tendo em vista a eleição de um mandatário de extrema direita no último pleito, pretendeu-se verificar se o ESEB, pesquisa pós-eleitoral, captou oscilações em atitudes e opiniões políticas em comparação àquelas detectadas em disputas anteriores - especificamente sobre interesse por política, adesão à democracia e avaliações dos atores e partidos políticos diretamente envolvidos nos segundos turnos.

Encontramos, como detalhado na seção de análise de dados: um eleitor do candidato petista mais interessado em participar da política através do voto em 2018, em comparação ao eleitorado do opositor; Bolsonaro como o candidato mais “querido” e “desgostado” por seus eleitores e pelos eleitores do postulante do PT, respectivamente, comparado aos demais adversários do PT nos segundos turnos analisados; Haddad como o candidato petista menos “gostado”, tanto por seus votantes quanto pelos eleitores de seu oponente; o Partido dos Trabalhadores como alvo, em 2018, do maior percentual de rejeição por parte dos eleitores do adversário de segundo turno e, também, como menos apreciado por seus próprios votantes; o PSL como uma sigla que pouco mobiliza atenções (em comparação tanto ao PT quanto ao PSDB, que havia estado nos segundos turnos anteriores) e, portanto, partido aparentemente adequado a uma candidatura pretensamente “antissistema” como a de Bolsonaro; a adesão normativa à democracia proporcionalmente menor entre os eleitores de Bolsonaro, em 2018, tanto em relação aos votantes de Haddad no mesmo ano quanto em comparação aos eleitores de todos os candidatos nos segundos turnos anteriores; também em 2018, descontentamento disseminado com o funcionamento da democracia no país, com destaque para a disparada da insatisfação entre eleitores do candidato do PT.

Sobre os indicadores de adesão democrática, temos, segundo dados gerais do ESEB (lembrando que, nas análises anteriores neste trabalho, foram considerados apenas os eleitores de Haddad e Bolsonaro no segundo turno), que, em 2018, 80,8% dos brasileiros consideravam a democracia o melhor regime, apesar de ter problemas; por outro lado, registrou-se a queda de 40,7%, em 2014, para 12,6%, em 2018, do percentual de satisfeitos com o funcionamento da democracia no Brasil.

Conforme apontado anteriormente, os dados acima poderiam indicar a ocorrência de cidadãos críticos (NORRIS, 1999), ou seja, aqueles nos quais coexistem a adesão ao ideal democrático, seus princípios e instituições, e a postura crítica ao funcionamento prático de tais instituições. Porém, a observação de alguns outros pontos indica um caminho menos otimista. Quando questionados (pergunta aberta) sobre o significado de democracia, 47,1% afirmaram desconhecer-lo em 2018 (ante 25,3% em 2010), ao mesmo tempo em que direitos e liberdades perderam espaço como valores de referência nas respostas dadas por aqueles que afirmam conhecer o significado de democracia. A liberdade de expressão, apontada por 38,8% dos entrevistados em 2010 como significado da democracia, foi a resposta de somente 7,2% dos respondentes em 2018.

Outro dado alarmante refere-se à preferência entre regimes políticos. De 1989 a 2010, houve um crescimento consistente da preferência pela democracia; em 2010, registrou-se a menor preferência proporcional pela ditadura (8,2%). Já em 2014, após as “jornadas de junho de 2013” e a reeleição de Dilma Rousseff, este percentual aumentou para 10,5% e em 2018, logo depois da eleição de Jair Bolsonaro, subiu para 15,2%. Os achados deste artigo não nos permitem estabelecer relações de causalidade entre os fenômenos ora elencados; todavia, fornecem indícios que merecem atenção em trabalhos futuros.

Quanto à avaliação das instituições – fator fundamental para pensarmos o fenômeno populista, conforme apontado anteriormente –, nota-se que a avaliação positiva do Congresso e dos partidos políticos, que nunca foi elevada, caiu ainda mais em 2018. Por outro lado, registrou-se o crescimento da avaliação positiva de instituições religiosas, da polícia, das forças armadas e do judiciário (embora este último não incluía o Supremo Tribunal Federal e provavelmente se baseie na popularidade da Operação Lava Jato e do ex-juiz Sergio Moro). Esses números corroboram o argumento de que, assentado sobre pilares como a religião, o uso da força e do aparato judicial, o projeto de poder de uma direita radical e antidemocrática alçou Bolsonaro de representante secundário da truculência política a protagonista de uma forte reação conservadora que se espalhou pelo país.

Aliados a outros dados – segundo o ESEB 2018, 73,5% consideram que políticos são o principal problema do país, 84,0% concordam com a afirmação de que a corrupção

é generalizada entre os partidos e 43,8% acreditam que é bom ter um líder forte, mesmo que não cumpra regras – temos motivos para crer que o populismo de direita radical que se abateu sobre o Brasil pode deixar marcas mais profundas e deletérias do que querem crer os mais otimistas. A partir dos achados deste trabalho, pode-se afirmar que a eleição de Bolsonaro, presidente com menor apreço pela democracia que seus antecessores, não foi fruto do acaso, não se deveu apenas a seu apelo carismático, mas reflete um conjunto de opiniões e atitudes políticas manifestas pelos eleitores brasileiros, bem como as modificações destas ao longo do tempo e de acordo com as ofertas políticas.

Referências

ABRAMOWITZ, A. I; SAUNDERS, K. L. Is polarization a myth? *The Journal of Politics*, Chicago, v. 70, n. 2, p. 542-555, abr. 2008.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The civic culture: Political attitudes and democracy in five nations*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1963.

DALTON, Russell J. Cognitive mobilization and partisan dealignment in advanced industrial democracies. *The Journal of Politics*, v. 46, n. 1, p. 264-284, 1984.

FIORINA, Morris; ABRAMS, Samuel. Political polarization in the American public. *Annu. Rev. Polit. Sci.*, 11, 563-588, 2008.

FOA, Roberto Stefan; MOUNK, Yascha. The danger of deconsolidation: The democratic disconnect. *Journal of democracy*, v. 27, n. 3, p. 5-17, 2016.

_____. The signs of deconsolidation. *Journal of democracy*, v. 28, n. 1, p. 5-15, 2017.

FUKS, Mario; MARQUES, Pedro. Afeto ou ideologia: medindo polarização política no Brasil? *Paper apresentado no 12º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política* (online). 2020.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernization, cultural change, and democracy: The human development sequence*. Cambridge University Press, 2005.

INGLEHART, Ronald. The age of insecurity: Can democracy save itself? *Foreign Affairs*, v. 97, p. 20, 2018.

IYENGAR, Shanto; Gaurav Sood; Yphtach Lelkes. 2012. *Affect, Not Ideology: A Social Identity Perspective on Polarization*. *Public Opinion Quarterly* 76 (3): 405–431.

LIPSET, Seymour Martin. Some social requisites of democracy: Economic development and political legitimacy. *The American political science review*, v. 53, n. 1, p. 69-105, 1959.

MAIO, Gregory R.; HADDOCK, Geoffrey. *The Psychology of Attitudes and Attitude Change*. London: Sage, 2010.

MASON, L. *Uncivil agreement: how politics became our identity*. Chicago: University of Chicago Press, 2018.

____; WRONSKI, J.; KANE, J. *Ingroup lovers or outgroup haters? The social roots of Trump support and partisan identity*. 2019. Available at: <www.researchgate.net/publication/333194217_Mason_Wronski_Kane_BYU_June_2019>. Accessed on July 30 2020.

NORRIS, P. *Critical citizens: global support for democratic government*. Oxford, UK: Oxford University Press, 1999.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. *The cultural backlash theory: Eroding the civic culture*. In: *Cultural Backlash: Trump, Brexit and authoritarian populism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

OLSON, Michael, KENDRICK, Richard. *Origins of Attitudes*. In: CRANO, William, PRISLIN, Radmila. *Attitudes and Attitude Change*. New York, NY: Psychology Press, 2008.

OSKAMP, S., SCHULTZ, W. *Attitudes and Opinions*. 3 ed. LEA, New Jersey, 2005.
PEREIRA, Frederico Batista. *Non causa pro causa: o voto de direita e esquerda no Brasil*. 2020, *Opinião Pública* 26.2, pp. 154-179.

PRIOR, M. You've either got it or you don't? The stability of political interest over the life cycle. 2010, *The Journal of Politics*, 72(3), pp.747-766.

RENNÓ, Lucio. The Bolsonaro Voter: Issue Positions and Vote Choice in the 2018 Brazilian Presidential Elections. *Latin American Politics and Society* 62.3 (2020): 1.

SMITH, Joanne, HOGG, Michael. *Social identity and attitudes*. In: CRANO, William, PRISLIN, Radmila. *Attitudes and attitude change*. New York, NY: Psychology Press, 2008.

SVOLIK, M. W. Polarization versus democracy. 2019, *Journal of Democracy*, 30(3), 20–32.